

**Bruxelas, 17 de fevereiro de 2017
(OR. en)**

**6168/1/17
REV 1**

**COPEN 39
EUROJUST 23
EJN 11**

NOTA

de:	Juan Arístegui, Representante Permanente Adjunto, Representação Permanente da Espanha junto da União Europeia
data:	7 de dezembro de 2016
para:	Jeppe TRANHOLM-MIKKELSEN, Secretário-Geral do Conselho da União Europeia

Assunto:	Decisão-Quadro 2009/948/JAI do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativa à prevenção e resolução de conflitos de exercício de competência em processo penal - Notificação efetuada pela Espanha
----------	--

Senhor Secretário-Geral,

Em relação à Decisão-Quadro 2009/948/JAI do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativa à prevenção e resolução de conflitos de exercício de competência em processo penal, tenho o prazer de informar Vossa Excelência de que, nos termos da Lei 16/2015, de 7 de julho de 2015, que rege o estatuto da Espanha como membro nacional da Eurojust, os conflitos de jurisdição, as redes de cooperação judiciária internacional e o pessoal do Ministério da Justiça no exterior, publicada no Boletim Oficial do Estado n.º 1622, de 8 de julho de 2015, a referida decisão-quadro foi totalmente transposta para o nosso ordenamento jurídico.

A terceira disposição final da referida lei dispõe ainda que o seu articulado transpõe para o ordenamento jurídico espanhol a Decisão 2009/426/JAI **do Conselho**, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da Eurojust e que altera a **Decisão 2002/187/JAI do Conselho relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade, bem como a** Decisão 2008/976/JAI do Conselho, de 16 de dezembro, sobre a Rede Judiciária Europeia.

Junta-se uma cópia da citada Lei 16/2015 de 7 de julho de 2015¹.

(Fórmula de cortesia)

(assinatura) Juan Arístegui

¹ Nota do Secretariado: este texto não vai anexado ao presente documento.